

**MODELO DE TERMO DE CONTRATO**

**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**

**SERVIÇOS SEM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA – LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO  
DIRETA**



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO**

**29º BATALHÃO DE INFANTARIA BLINDADO**

**(3º Batalhão de Carros de Combate/1943)**

**BATALHÃO CIDADE DE SANTA MARIAÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA**

(Processo Administrativo nº 64079.002742/2026-96)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 02/2026, QUE FAZEM  
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO 29º BATALHÃO  
DE INFANTARIA BLINDADO E A EMPRESA

.....

A *União* por intermédio do **29º BATALHÃO DE INFANTARIA BLINDADO**, com sede na Estrada Capitão Vasco da Cunha, 3129, bairro Boi Morto, na cidade de Santa Maria, RS, CEP: 97030-110, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 09.579.025/0001-66, neste ato representado pelo **TC RÔMULO TORRES RAMIRO**, nomeado pela portaria nº 730, de 24 de maio de 2024, publicada no dou Nº 100 DE 24 DE MAIO DE 2024, portador da matrícula funcional nº 01\*0\*\*15\*3, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) **[CONTRATADO]**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **[CNPJ]**, sediado(a) na **[endereço]**, na cidade de **[cidade]/[UF]**, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por **[nome e função no CONTRATADO]**, conforme **[atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos]**, tendo em vista o que consta no Processo nº 64079.002742/2026-96 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do *Pregão Eletrônico* nº 90004/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. Constitui objeto do presente Contrato a cessão de uso, a título oneroso, de área pública com aproximadamente 70 m² (setenta metros quadrados), localizada nas dependências do 29º Batalhão de Infantaria Blindado, destinada exclusivamente à exploração comercial de cantina/lanchonete, visando ao atendimento do efetivo militar, servidores, colaboradores e demais usuários autorizados das instalações da Organização Militar.

1.2. Pela utilização do espaço objeto da presente cessão, a CESSIONÁRIA pagará à CEDENTE o valor mensal de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), conforme Laudo de Avaliação nº 002/2026.

1.3. O valor mensal referido no item 1.2 é composto por:

1.4. a) R\$ 2.900,00 (dois mil e novecentos reais), correspondentes à remuneração pela cessão de uso do espaço físico; e

b) R\$ 600,00 (seiscentos reais), correspondentes ao ressarcimento estimado das despesas de consumo de energia elétrica e água/esgoto.

1.5. A área cedida deverá ser utilizada exclusivamente para as finalidades previstas neste instrumento, sendo vedada a alteração de sua destinação sem prévia e expressa autorização da Administração.

1.6. A exploração comercial será conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento e pagos pelos usuários.

1.7. Itens básicos a serem mantidos pelo Cessionário/parte integrante do objeto da contratação:

<b>GRUPO 1</b>	ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	CATMAT/ CATSER	UNIDADE DE FORNECIME NTO	QNTD	VALOR DE REFERÊNCI A
	1	Salgados Fritos Grande (com peso de 140g a 170g, por unidade, Sabores Diversos)	15210	UNIDADE	1	R\$ 9,92
	2	Salgados Assados Grande (com peso de 140g a 170g por unidade, Sabores Diversos)	15210	UNIDADE	1	R\$ 12,83
	3	Sanduíche Simples (pão Francês ou similar, contendo no mínimo uma fatia de queijo e uma fatia de Presunto com peso mínimo 70g a 110g por unidade)	15210	UNIDADE	1	R\$ 8,92
	4	Sanduíche Natural (com pão de forma integral tradicional, contendo recheio à base de frango desfiado atum ou similar, acrescido de alface e outros vegetais frescos com peso de 80g a 100g por unidade)	15210	UNIDADE	1	R\$ 13,00
	5	Biscoito Recheado (sabores diversos com peso de 100g a 130g)	15210	PACOTE	1	R\$ 3,75
	6	Misto Quente, (sanduíche preparado com pão de forma ou similar, contendo no mínimo uma fatia de presunto e uma fatia de queijo, aquecido até o derretimento do queijo, próprio para consumo imediato, acondicionado adequadamente e com peso de 120g a 140g)	15210	UNIDADE	1	R\$ 11,67
	7	Pão com presunto e queijo (feito com pão francês ou similar com peso de 100g a 130g)	15210	UNIDADE	1	R\$ 6,50
	8	Cachorro Quente preparado com pão para cachorro-quente, contendo no mínimo 01 salsicha, molho de tomate e complementos tradicionais (milho, ervilha, batata palha ou similares), próprio para	15210	UNIDADE	1	R\$ 15,33

		consumo imediato, acondicionado adequadamente e com peso de 150 g a 200g por unidade)				
9		Hamburguer Simples (preparado com pão de hambúrguer, contendo no mínimo 01 hambúrguer de carne bovina, alface e tomate com peso de 150g a 180g)	15210	UNIDADE	1	R\$ 14,67
10		Café c/ Leite grande (100ml)	15210	UNIDADE	1	R\$ 8,50
11		Café c/ Leite Pequeno(50ml)	15210	UNIDADE	1	R\$ 4,50
12		Café Pequeno(50ml)	15210	UNIDADE	1	R\$ 4,00
13		Café Grande (100ml)	15210	UNIDADE	1	R\$ 6,33
14		Refrigerante Lata (sabores diversos com volume mínimo de 350ml)	15210	UNIDADE	1	R\$ 6,00
15		Refrigerante (sabores diversos com volume mínimo de 600 ml)	15210	UNIDADE	1	R\$ 7,83
16		Refrigerante (sabores diversos com volume mínimo de 2 litros)	15210	UNIDADE	1	R\$ 16,33
17		Energético (Lata 250ml)	15210	UNIDADE	1	R\$ 8,67
18		Energético (Lata 473ml)	15210	UNIDADE	1	R\$ 14,00
19		Suco Lata (sabores diversos com volume mínimo de 290ml)	15210	UNIDADE	1	R\$ 6,33
20		Suco Caixa pequena (sabores diversos com volume mínimo de 200ml)	15210	UNIDADE	1	R\$ 4,33
21		Água Mineral Sem gás (500 ml)	15210	UNIDADE	1	R\$ 3,83
22		Água Mineral Com gás (500 ml)	15210	UNIDADE	1	R\$ 3,83
23		Barra Cereal (20g a 30g)	15210	UNIDADE	1	R\$ 3,67
24		Bolo (de chocolate com cobertura, fatia entre 100g e 130 g)	15210	UNIDADE	1	R\$ 3,67
25		Biscoito água e sal	15210	UNIDADE	1	R\$ 3,67
26		Doces pequeno em geral ( tipo brigadeiro de festa, sabores diversos com peso de 30g a 50g )	15210	UNIDADE	1	R\$ 2,80

	27	Chocolate em barra pequena (80g a 100g)	15210	UNIDADE	1	R\$ 3,33
	28	Marmita (refeição acondicionada em embalagem descartável apropriada, conforme o cardápio do estabelecimento, própria para consumo imediato, peso de no mínimo 500g)	15210	UNIDADE	1	R\$ 19,00
<b>Valor Total Itens</b>						<b>R\$ 227,21</b>

1.5. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação
- 1.3.3. A Proposta do Cessionário;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Cessionário, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 2.2. O Cessionário não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o Cessionário tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

#### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

3.2. A presente cessão de uso obedecerá às condições especiais adiante elencadas:

- 3.2.1. Vedação de condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente;
- 3.2.2. Cumprimento das normas relacionadas com o funcionamento da atividade vinculada ao objeto da cessão de uso e com a utilização do imóvel;
- 3.2.3. Compatibilidade do horário de funcionamento da referida atividade com o do condomínio do 29º Batalhão de Infantaria Blindado;
- 3.2.4. Exercício da citada atividade sem prejudicar a atividade-fim ou o funcionamento do nominado Órgão;

3.2.5. Aprovação prévia da Cedente, através do nominado Órgão, para a realização de qualquer obra de adequação ao espaço físico a ser utilizado pela Cessionária;

3.2.6. Precariedade da cessão, que poderá ser revogada a qualquer tempo, havendo interesse do serviço público, independentemente de indenização;

3.2.7. Arcar com serviços de dedetização, desratização, na área da Cantina;

3.2.8. Fiscalização periódica por parte da Cedente.

#### 4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### 5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor mensal da cessão de uso é de R\$ **2.900,00 ((dois mil e novecentos reais))**, perfazendo o valor total de anual de R\$ **30.450,00** (trinta mil quatrocentos e cinquenta reais), já descontados os meses de **dezembro e janeiro e fevereiro que terão 50% de desconto**.

5.2. O Cessionário deverá, ainda, pagar à Contratante mensalmente o valor de **R\$ 600,00 (seiscentos reais)**, referente ao reembolso das despesas relativas ao consumo de energia elétrica e água e esgoto;

5.3. Nos meses de **dezembro, janeiro e, fevereiro** período em que ocorre o Licenciamento do Efetivo Variável, maior número de Concessão de Férias, o valor mensal da cessão, e consequentemente o valor da Taxa de Utilização, **sofrerão redução de 50% (cinquenta por cento)**, período que não poderá ser superior a sessenta dias.

#### 6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado pela cessionária até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao de referência, mediante recolhimento do valor pactuado por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU).

6.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos à OM serão atualizados monetariamente, entre o termo final do prazo de pagamento e a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE.

##### Formas de pagamento

6.3. O pagamento será realizado por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU).

6.4. Considera-se como data do pagamento o dia em que constar emitida a ordem bancária.

6.5. Independentemente do percentual de tributo constante na planilha, serão retidos, no momento do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

#### 7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis por 1 (um) ano, contado da data da assinatura do contrato.

7.2. Após o período de 1 ano, os preços poderão ser reajustados:

a) pelo índice IPCA/IBGE, aplicável exclusivamente às obrigações relativas à cessão de uso;

b) pelo índice IGP, aplicável exclusivamente às obrigações relativas ao fornecimento de **água e** energia elétrica.

7.3. O interregno mínimo de 1 ano entre reajustes subsequentes será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. Em caso de atraso ou não divulgação do índice, a Administração aplicará a última variação conhecida e liquidará eventual assim que o índice definitivo **for divulgado**.

7.5. Os índices utilizados para reajuste serão obrigatoriamente os definitivos.

7.6. Caso algum dos índices deixe de existir ou não possa ser mais utilizado, será adotado índice substituto definido pela legislação vigente ou, na ausência desta, por acordo entre as partes via termo aditivo.

7.7. O reajuste será formalizado por termo aditivo.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela cessionária, de acordo com as cláusulas contratuais, seus anexos e os termos de sua proposta.

8.2. Ceder a mencionada área do imóvel à(o) cessionária(o), para a finalidade indicada no objeto desta licitação.

8.3. Permitir o acesso dos empregados da(o) cessionária (o) às suas dependências, para o exercício de suas atividades laborais.

8.4. Não permitir que os empregados da Cessionária(o) realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista.

8.5. Realizar vistoria, antes da ocupação do imóvel pela cessionária, observando o estado geral das instalações e das benfeitorias preexistentes, reduzindo-a a termo assinado pelo responsável pela vistoria e pela cessionária.

8.6. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado (Fiscal de Contrato), anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

8.7. Aplicar ao Cessionário as sanções previstas na lei e neste Contrato.

8.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.9. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Cessionário no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Cessionário com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Cessionário, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.13. A cedente deverá cumprir disposições normativas, no que couber, da Lei nº 8.245/91 (Lei do Inquilinato).

**9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CESSIONÁRIO**

9.1. O Cessionário deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos (Termo de Referência, e etc ...), assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Utilizar a área cedida, exclusivamente, na finalidade definida no objeto do Contrato.

9.3. Pagar regularmente, os valores mensais fixados a título de retribuição pela cessão de uso objeto do Contrato.

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.

9.5. Comunicar ao cedente, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

9.6. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

9.7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

9.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo cedente, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o cessionário deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Cessionário;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações legais relativas a encargos fiscais, trabalhistas, sociais, previdenciários, civis e comerciais que onerem a atividade vinculada à mencionada concessão/permissão de uso, eximindo a cedente de quaisquer dessas responsabilidades

9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.12. Paralisar, por determinação do cedente qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.13. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

9.14. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021).

9.15. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato,

com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

9.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.19. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do cedente.

9.20. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

9.21. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.

9.22. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo interna e externamente o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.23. Dispor de recipientes adequados ao recolhimento do lixo, sendo de sua inteira responsabilidade efetuar, diariamente, a sua remoção ao ponto de coleta geral, determinado pelo cedente.

9.24. Submeter previamente, por escrito, ao cedente, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.25. Disponibilizar os horários para atendimento dos usuários, conforme o disposto no Termo de Referência.

9.26. Disponibilizar uniformes aos funcionários, conforme o disposto no Termo de Referência.

9.27. Cumprir as disposições dos regulamentos internos da Cedente.

9.28. Permitir que a cedente realize as ações de fiscalização da execução do Contrato e acolher as observações e exigências que por ela venham a ser feitas.

9.29. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie forem vítimas os seus funcionários no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências do 29º Batalhão de Infantaria Blindado.

9.30. Permitir que a cedente realize vistoria nos bens e instalações objeto da cessão, sempre que entender conveniente, desde que não interfira no funcionamento da Cantina.

9.31. É vedado ao cessionário Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para operação financeira.

9.32. O cessionário não poderá interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

9.33. O cessionário deverá atender, no que couber, o que prescreve o Decreto nº 84.444, de 30 Jan 1980, devendo apresentar ao fiscal de Contrato os documentos que se fizerem necessário, durante a execução do contrato.

9.34. O cessionário deverá cumprir disposições normativas, no que couber, da Lei nº 8.245/91 (Lei do Inquilinato).

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Cessionário que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

12.2.4. Multa:

12.2.4.1. - Moratória – para infrações da alínea “d”: 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 dias.

12.2.4.2. Moratória – pela inobservância do prazo para apresentação, suplementação ou reposição da garantia: 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento).

12.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

12.2.4.3. Compensatória – para infrações das alíneas “e” a “h”: de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

12.2.4.4. Compensatória – para inexecução total (alínea “c”): de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

12.2.4.5. Compensatória – para infração da alínea “b”: de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

12.2.4.6. Compensatória – em substituição à multa moratória da alínea “d”: de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

12.2.4.7. Compensatória – para infração da alínea “a”: de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

12.4. Todas as sanções previstas no contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

12.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

12.8.1.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

12.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

12.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

12.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14. Os débitos do Cessionário para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.1.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o cedente, quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem;

13.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do Cessionário pelo cedente nesse sentido com pelo menos 60 dias corridos (2 meses) de antecedência desse dia;

13.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 60 dias corridos (2 meses) da data da comunicação.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei;

13.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.3.3. Indenizações e multas.

13.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o Cessionário mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade cedente ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CESSIONÁRIO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

15.1. Não haverá despesas para a Administração do 29º Batalhão de Infantaria Blindado, tendo em vista se tratar de um contrato de cessão de uso à título oneroso.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

## 18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal de Santa Maria, RS, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento contratual;

18.2. Pela UNIÃO e pelo Outorgado Cessionário foi dito que aceitavam o presente contrato, em todos os seus termos e sob o regime estabelecido, para que produza os devidos efeitos jurídicos.

*Santa Maria - RS, na data da assinatura eletrônica*

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

### TESTEMUNHAS:

1-

2-